

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 22.261.473/0001-85
Belo Horizonte - MG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. A Companhia

A Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG ("GASMIG"), sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, concessionária de serviço público de gás canalizado, tendo como acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("CEMIG") e o Município de Belo Horizonte ("MBH"), tem por objetivo a aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, diretamente ou por meio de terceiros.

A Companhia obteve a concessão de distribuição de gás canalizado no Estado de Minas Gerais pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis, conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993. Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e o prazo da concessão foi prorrogado até 10 de janeiro de 2053.

De acordo com o Contrato de Concessão, a Companhia realizará suas atividades de distribuição de gás natural até o final da concessão, sendo remunerada por meio de tarifas pagas pelos usuários dos serviços de distribuição. Por meio do segundo aditivo, o poder concedente estabeleceu que extinta a concessão, todos os ativos de infraestrutura vinculados à concessão serão revertidos ao poder concedente, que indenizará a concessionária, à vista e em dinheiro, pela parcela não depreciada dos ativos efetivamente utilizados na prestação do serviço objeto desta concessão, corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice que venha a substituí-lo.

A Companhia conta com 214 empregados (220 em 2016), sendo 104 alocados no processo de distribuição e 105 em comercialização e administração, além de 5 diretores. (Informação não auditada pelos auditores independentes).

1.2. Contratos de compra para fornecimento ao mercado

Para distribuição aos vários segmentos de mercado, a Companhia possui com o fornecedor PETROBRAS o Contrato de Suprimento Adicional (CSA), celebrado em 15 de dezembro de 2004, com o último aditivo tendo sido assinado em 10 de fevereiro de 2017, com vigência até 2021 e quantidade de gás contratada de 2.800 m³/dia.

1.3. Contratos exclusivos com Usinas Termelétricas

Para o mercado termelétrico, a Companhia manteve os contratos de fornecimento de gás celebrados com a PETROBRAS, como segue:

- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. ("UTEJF"): firmado em 1º de fevereiro de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 506.488 m³. A GASMIG se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia.
- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica Ibiritermo ("UTE Ibiritermo"), assinado com a PETROBRAS em 14 de março de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 1.100.000 m³. A GASMIG se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia.

Os contratos de fornecimento de gás com a UTEJF e UTE Ibiritermo são denominados contratos "espelho", ou "back to back", nos quais os volumes contratados e as condições estabelecidas entre a supridora (PETROBRAS) e a distribuidora (GASMIG) são reproduzidas nos contratos entre a distribuidora e as UTEs. Esse mecanismo contratual, denominado "Infração Conexa", permite à Companhia mitigar os seus riscos de crédito em decorrência do eventual descumprimento de contrato por uma das outras partes. Entretanto, cabe à distribuidora a obrigação de entregar o produto e manter pleno funcionamento dos gasodutos de distribuição, riscos do negócio imputados à concessionária.

1.4. Contratos de vendas para o mercado não térmico

A GASMIG cujas tarifas são reguladas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SEDECTES) celebra contratos de fornecimento de gás com clientes, conforme abaixo:

Segmento Automotivo – Gás Natural Veicular: tarifa específica para fins automotivos, fixa e está sujeita à substituição tributária para o ICMS.

Segmento Grandes Volumes (Industrial): Clientes do segmento industrial que possuem consumos a partir de 25.000 m³/mês. Contratos com tarifa de demanda e tarifa de energia que possuem cláusula de cobrança de demanda conforme o volume contratado, além da quantidade de energia consumida. O faturamento é quinzenal e apresenta tarifa em cascata específica para este segmento.

Segmento Uso Geral: Clientes com contrato para consumo de 0 até 60.000 m³/mês (faturamento mínimo de 250 m³/mês). É facultado aos clientes com consumo mensal entre 25.000 m³ e 60.000 m³, optarem pelo segmento Grandes Volumes.

Segmento Residencial e pequenos clientes não residenciais: clientes da área urbana das cidades atendidas pela malha de gasodutos instalados com tecnologia de furo direcional sem grandes transtornos nas vias públicas, abastecendo as residências (condomínios) e comércio (padarias, bares, hotéis, hospitais e outros) com expectativa de pequeno consumo na maioria destes estabelecimentos, próximos a rede de distribuição de gás natural. Segmento em expansão, atendendo os objetivos estratégicos da Companhia, prevendo a ligação de ramais em todas as cidades viáveis de Minas Gerais.

Segmento de Gás Natural Comprimido – GNC: Consumidores diversos, instalados em localidades de não abrangência do gasoduto de distribuição, atendidos pelo Gás Natural Comprimido transportado por distribuidoras de GNC devidamente credenciadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está sendo apresentada pela Companhia como parte integrante de suas demonstrações financeiras, apesar de não ser requerida pela legislação societária, já que a referida demonstração somente é obrigatória para companhias de capital aberto.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2018.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas com determinadas premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas utilizadas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações de premissas e estimativas possuem graus de incertezas que podem resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa)
- Nota 8.b - Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Nota 10 - Ativo de concessão - ativo intangível
- Nota 14 - Provisões para riscos
- Nota 22 - Planos de benefícios a empregados
- Nota 23 - Instrumentos financeiros.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Reconhecimento de receita

A receita de vendas de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as receitas são reconhecidas.

Receitas e custos de construção

A orientação OCP 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, são reconhecidos na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

A GASMIG não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. A construção se apresenta para a GASMIG integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural. Desta maneira, a Companhia não reconhece margem no registro de suas receitas de construção, sendo estas iguais aos seus custos de construção.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, quando aplicáveis. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) Moeda estrangeira - transações com moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma a decisão de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentada pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que, de outra forma, seriam classificados como disponíveis para venda.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata com a instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor caso sejam resgatadas em até 90 dias após a data da aplicação, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Títulos e valores mobiliários e outros investimentos

Operações financeiras contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 30 dias, sob pena de incidência de IOF, sendo remuneradas por taxas vinculadas ao CDI. Também são registradas as Letras Financeiras do Tesouro adquiridas com garantia parcial da operação de emissão de debêntures da Companhia. A valorização dos títulos é contabilizada com base no valor justo e registrada no resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. Além disso, são registrados os valores referentes ao fornecimento de gás não faturado até a data do balanço, pelo regime de competência.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando identificados consumidores inadimplentes, geralmente com títulos vencidos há mais de 180 dias, ou com pedido de falência e concordata. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás imediatamente interrompido.

ii) Outros passivos financeiros

A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou extintas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, forneceiros e outras obrigações.

iii) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no Estatuto Social da Companhia, são reconhecidos como passivo na data das demonstrações financeiras.

d) Ativos circulantes e não circulantes

➢ Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, sendo que os materiais em estoque são classificados no ativo circulante - materiais para manutenção, e os materiais destinados a obras são classificados no ativo imobilizado em curso - materiais em depósito não sendo depreciados. Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

➢ Ativo de concessão

A Companhia realizou a segregação de seu ativo de concessão em financeiro e intangível, conforme determinação do ICPC 01 - Contratos de Concessão e do OCP 05 - Contratos de Concessão. Em decorrência do prazo do Contrato de Concessão vigente ser superior ao prazo de vida útil nos exercícios 2017 e 2016, não existem valores classificados como ativos financeiros nesses exercícios.

➢ Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura construída pela concessionária como parte do Contrato de Concessão de serviço público de distribuição de gás natural canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 - Ativos Intangíveis, o ICPC 01 - Contratos de Concessão e o OCP 05 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é avaliado inicialmente pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas compatíveis com a vida útil dos bens, conforme mencionado na Nota 10.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Também integram o ativo intangível os valores de ativos adquiridos de terceiros e os desenvolvidos e construídos internamente pela Companhia, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.
- As faixas de serviços permanentes estão registradas pelo custo de aquisição, com vida útil indefinida.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f) Redução ao valor recuperável

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor